

# POSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO POR OPÇÃO GESTIONÁRIA

## EXECUTIVO PSD/CDS-PP/ CARREIRAS PENALIZA

quem tem salários mais baixos e agrava  
desigualdades salariais entre trabalhadores

**N**a reunião da Câmara Municipal de Cascais, realizada no dia 19 de Novembro, foi apresentada uma proposta pelo executivo PSD/CDS-PP/Carreiras de “posicionamento remuneratório por opção gestionária”, aprovada pela a maioria PSD/CDS-PP em conjunto com o PS.

- Esta proposta não se fez acompanhar pela relação ou número de trabalhadores que serão objecto de aumento salarial, apenas estando identificada a verba que está cabimentada para cada um dos três grupos em que se inserem as categorias profissionais do universo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Cascais.
- O PCP considera que seria indispensável saber quantos trabalhadores vão ser beneficiados e quantos, com esta opção gestionária, não vão receber qualquer aumento.
- O PCP defende saber se a informação do valor a distribuir contempla de forma justa aqueles que auferem salários mais baixos ou, pelo contrário, vão beneficiar parte daqueles que já ocupam posições com remunerações mais elevadas. A dúvida ressalta do facto de, ao grupo de categorias com maior numero de profissionais, ser atribuída a menor verba, em termos comparativos.
- A nenhuma das questões que o PCP colocou foi dada resposta satisfatória, negando mesmo o Vice-Presidente da Câmara a existência da lista que solicitámos com a relação de pessoal a reposicionar.

**POLÍTICA PATRIÓTICA  
E DE ESQUERDA**



- O que consta na proposta é que são abrangidos no posicionamento remuneratório os trabalhadores que tenham uma menção máxima (desempenho excelente); tenham obtido duas menções consecutivas imediatamente inferiores à máxima (desempenho relevante);
  - tenham obtido três menções consecutivas imediatamente inferiores à referida na alínea anterior, desde que consubstanciem desempenho positivo (desempenho adequado), todas nas últimas avaliações do seu desempenho referidas às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontram. Nada foi acrescentado a esta fundamentação e à escolha destes critérios.
- Relembramos que a verba total cabimentada para o posicionamento remuneratório foi de 250.000€ e que a Câmara Municipal de Cascais vai fechar o ano de 2019 com um saldo de mais de 50 milhões de euros positivos.
- Na convicção de que o processo em causa não foi construído com a transparência e objectividade devidas, que não vão ser devidamente considerados os trabalhadores que mais merecem e mais necessitam e, sobretudo, pelo fundado receio de que se vão acentuar muitas das desigualdades já existentes, o PCP decidiu votar contra esta proposta, considerando que a mesma prejudica, ainda mais, muitos dos trabalhadores desta autarquia. Os bons trabalhadores que, em várias situações, continuam a aguardar, há mais de uma dezena de anos, a passagem a um nível remuneratório diferente.
- Num quadro em que o Governo PS continua a optar por políticas que se constituem como verdadeiros ataques aos trabalhadores e aos seus direitos, com efeitos profundamente negativos e perversos nas suas vidas, o PCP defende um aumento salarial de 90 euros, para todos os trabalhadores da Administração Pública, a partir de 1 de Janeiro de 2020, e a imediata correcção da Tabela Remuneratória Única, garantindo que o salário base corresponde à 1ª posição e que é respeitada a proporcionalidade entre escalões.

**O PCP exige que todos os trabalhadores sejam tratados com respeito e que assim seja dignificado o serviço público.**